

# BOLETIM EDUCAÇÃO EM EVIDÊNCIAS



ESCRITÓRIO DE  
EVIDÊNCIAS



Secretaria da  
Educação



Foto de Keira Burton no Pexels

## O QUE HÁ DE NOVO

### CONCURSO DE REDAÇÕES SOBRE ÉTICA NO MUNDO DIGITAL PREMIARÁ ALUNOS(AS) DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO

O **Projeto Escrita 2021**, iniciativa da [Revista Inspire-C](#), em sua 4ª edição convida alunos e alunas cursando o ensino médio em escolas públicas a escreverem sobre o tema “**Ética no mundo digital: possibilidades e utopias**”.

Os objetivos do concurso, segundo o site, são “*despertar o interesse pela escrita nos alunos do ensino médio, regularmente matriculados em escolas públicas [e] possibilitar o exercício da escrita nas diversas modalidades (narrativa, prosa, dissertação, carta, entre outros)*”. Os cinco melhores textos serão premiados pela organizadora.

O prazo para inscrição vai **até 05 de dezembro de 2011**. O participante deverá preencher o formulário disponível no endereço <http://www.revistainspirec.com.br/projetoescrita>, aceitar os termos e regulamento do concurso e enviar seu texto de acordo com as instruções do formulário de inscrição. Todas as informações estão no link acima. **Ajudem a divulgar entre professores(as) e alunos(as)!!!**

## NESTA EDIÇÃO

**SEMINÁRIO 26/11**

**BERNARDETE GATTI**

**QUESTÕES SOBRE  
AVALIAÇÃO EM  
SALA DE AULA**

**EVIDÊNCIAS EM  
DEBATE**

**CONVIVÊNCIA  
ESCOLAR:  
EVIDÊNCIAS E  
POLÍTICAS  
PÚBLICAS**



**26/11  
ÀS 14H**

**BERNARDETE  
GATTI**

**QUESTÕES SOBRE  
A AVALIAÇÃO EM  
SALA DE AULA**

**Bernardete Gatti** discutirá as principais questões relativas à avaliação em sala de aula, entre elas a necessidade de se refletir sobre diferentes concepções; seu papel no estímulo às aprendizagens; a avaliação de efeitos do trabalho dos(as) professores(as). Também refletirá sobre fatores favoráveis à criação de ambiente para avaliações efetivas, sobre as distinções entre processos avaliativos educativos e processos avaliativos seletivos, e sobre os diferentes meios para processos avaliativos, entre outros temas.

**Bernardete Angelina Gatti** possui

Doutorado em Psicologia pela Universidade de Paris VII (Denis Diderot). Foi Coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da **Fundação Carlos Chagas (FCC)**, onde exerceu posteriormente as funções de Superintendente de Educação e Pesquisa e de Vice-Presidente. Simultaneamente atuou como docente da USP, depois da UFSCAR e da PUC-SP. Atualmente é Pesquisadora Consultora da FCC, além de integrar o **Conselho Estadual de Educação de São Paulo** e o Conselho Consultivo da **Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica** do IEA-USP.

“

**Quais são alguns dos principais aspectos que precisam ser levados em conta quando o assunto é a avaliação em sala de aula?**

**Que condições são necessárias para que a avaliação seja efetiva?**



## CONVIVÊNCIA NA ESCOLA: EVIDÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

No artigo de hoje discutiremos o tema da convivência escolar a partir do que nos foi apresentado no [Seminário do Escritório de Evidências de 05 de novembro](#), por **Mario de Almeida**, Psicólogo, servidor da Seduc da carreira do magistério e Coordenador do Conviva-SP, **Anna Célia Barbiero**, pedagoga e Dirigente Regional da região de Lins, e **Rosângela Martins**, pedagoga e doutoranda em Educação Escolar e Dirigente Regional da região Sul 2, na capital do estado.

Este já é o segundo seminário em que as evidências científicas em torno de um tema são discutidas em conjunto com o relato das políticas educacionais concebidas para agir sobre o problema. A novidade foi a participação de duas **dirigentes regionais de ensino**, algo que enriquece muito o debate por três razões principais. A primeira é permitir a reflexão sobre como diferentes contextos regionais impactam a implementação das políticas públicas educacionais – vemos no relato das duas convidadas que a região de Lins e a região da Sul 2, na cidade de São Paulo, são muito diversas em vários aspectos que certamente influenciam os ambientes escolares e a maneira como se dão as relações na comunidade escolar. A segunda é trazer a público o papel de dirigentes regionais de ensino, de formuladores(as) e gestores(as) de políticas educacionais. Em um estado do porte de São Paulo, para além da atuação como gestores descentralizados da política concebida pelos órgãos centrais, esses(as)

profissionais também concebem políticas regionais a serem implementadas nas escolas de sua jurisdição, contando muitas vezes com parcerias locais com instituições de ensino superior e ONGs. Por fim, mas não menos importante, a troca de experiências entre gestores(as) e educadores(as) é fundamental. Ana Célia e Rosângela têm iniciativas muito interessantes, que podem e devem ser replicadas em outros contextos educacionais. Falaremos de algumas delas aqui, mas vale demais assistir à conversa em sua íntegra (ver link no início do texto).

Mario de Almeida, que abriu o seminário, começa apresentando o relato histórico de como surgiu a **percepção das relações entre clima escolar e aprendizagem**. Mario citou a pesquisa realizada pela UNESCO entre 1995 e 2000, em 14 países da América Latina, para compreender os fatores que influenciam o desempenho dos alunos. Notou-se que nas instituições em que os alunos se dão bem com os colegas, não há brigas, o relacionamento harmonioso predomina e não há interrupções nas aulas, o desempenho acadêmico é melhor. Para descrever o contexto brasileiro, iluminando a questão e trazendo-a para o centro do debate em políticas educacionais, o conjunto de pesquisas que redundou na publicação **“Violências nas Escolas”**, da UNESCO, foi bastante importante (ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. (coord.). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002). Um dos estudos realizados nesse



contexto, por **Waiselfsz, J.J.**, é citado em artigo de Carmen Lúcia Guimarães de Mattos e Maria Inês de Matos Coelho (ver [link](#)), em MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 195-219. Disponível em [SciELO Books](#) ). A pesquisa, em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal, observou como principais **impactos das violências** nas escolas os seguintes:

- **alterar o ambiente da escola**, tornando-o mais pesado;
- **provocar ausência às aulas**;
- **piorar a qualidade das aulas**.

Quanto às **impressões de alunos**:

- para 44% deles as **violências dificultam a concentração** nos estudos;
- 31,4% relataram **perda de vontade de ir à escola**;
- 31% disseram que ficam nervosos, revoltados, com as situações de violência na sua escola.

(Mattos e Castro, 2011, p. 203, citando WAISELFSZ, J. J. *Mapa da violência 3 – Os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna e Ministério da Justiça, 2002).

Tais resultados foram corroborados posteriormente pela edição de 2018 do PISA, citada na apresentação de Mario. O PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento.

Verificou-se, então, que para 29% dos estudantes havia **ofensas nas escolas** e que **41% deles diziam perder tempo de aula por causa da indisciplina**.

No mesmo ano, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB), foi atualizada pela Lei nº 13.663/18 para incorporar, entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, as seguintes (art. 12, incisos IX e X):

- "Promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas";
- "Estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas."

Nota-se, desse relato, como a pesquisa de cunho acadêmico foi fundamental para comprovar um problema que já vinha sendo sentido nas escolas brasileiras e, principalmente, para provocar o debate público a respeito. Também pode ser considerado resultado desse processo a mobilização do poder público, com a mudança na LDB e a **criação de políticas educacionais** em nível nacional e subnacional, nos estados, DF e municípios.

Os relatos de Mario, Ana Célia e Rosângela durante o seminário permitem continuar essa história sob a perspectiva do que aconteceu nas últimas décadas no estado de São Paulo. Sem conseguir abranger todos os marcos e acontecimentos, foi possível pontuar, a



partir das apresentações, alguns avanços importantes ocorridos ao longo do tempo, e sua correspondência com novas formas de pensar a questão das violências nas escolas e como construir um ambiente de convivência mais saudável.

Ana Célia Carrera Barbiero, Dirigente da região de Lins, lembra outro marco importante para nossa discussão: a

**Declaração da ONU sobre uma Cultura de Paz, de 1999**, cujo Artigo 1º diz:

***“Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: a) No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação (...).”***

Em sua contextualização inicial, Ana Célia apresenta a região da Diretoria de Ensino de Lins: a rede estadual é composta de 38 escolas, distribuídas em 10 municípios no Centro-Oeste do estado. Alguns deles pequenos, com apenas uma **escola**, que se constitui no **centro de convivência da comunidade**. Vejam como essa escola única em cidade pequena está distante, em contexto socioeconômico e cultural, das enormes escolas nas periferias de grandes cidades. Para os(as) leitores(as) que não conhecem a rede paulista, ela é distribuída em 91 regionais, bastante desequilibradas do ponto de vista populacional, pelo inchaço das grandes regiões metropolitanas nas últimas décadas. Em contraste com a região de Lins, que tinha no Censo de 2020 15.090 alunos, A Diretoria Sul 2, comandada por Rosângela, se distribui em três bairros da extrema periferia de São Paulo

conhecidos como dos mais violentos:

Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luis. Em 2020 atendia 95.593 alunos em 93 escolas. Em média, portanto, enquanto as escolas da região de Lins atendem 400 alunos, as escolas da Sul 2 atendem mais de mil. As correlações entre o entorno e a escola já foram analisados em vários estudos. A complexa proximidade com a criminalidade violenta seguramente influencia o ambiente escolar e os percursos individuais. A constituição da masculinidade entre meninos negros de periferia em associação com a vida escolar está sendo estudada por Cinthia Toledo, que apresentou seus resultados iniciais em um de nossos [seminários](#). Ao historiar as políticas em torno do enfrentamento da violência na escola, Ana Célia bem observa a inflexão havida nas duas últimas décadas na maneira como se lida com a questão da violência e do conflito na sociedade, pela constatação da ineficácia de ações meramente punitivas - a conflituosidade só tem aumentado. Daí o consenso formado em torno da **necessidade de ações preventivas e restaurativas**, compartilhado entre instituições nos âmbitos da Educação, do Poder Judiciário e da chamada rede de proteção social. Em uma fase inicial das políticas em torno do tema da convivência escolar elas dependeram muito da atuação de instituições do sistema de segurança e justiça, como o Tribunal de Justiça e o Ministério Público de São Paulo, em parceria com as Secretarias de Educação. Foi implementado em alguns municípios o programa Justiça Restaurativa, que



atuava com base na mediação de conflito e na chamada "**Justiça Restaurativa**". Ana Célia lembra, nesse contexto, os eventos de formação de que integrantes da diretoria de Lins, ela incluída, participaram, promovidos pelo Tribunal de Justiça, e que contribuíram na construção do conhecimento para que fossem concebidos, na DE, processos de formação que chegassem às escolas. Ana Célia cita as referências teóricas e de estudos empíricos que pautaram as ações da diretoria a partir de então. Aliás, veremos a mesma preocupação na apresentação de Rosângela. Se observarmos as trajetórias destas gestoras educacionais, o estudo e a pesquisa andam sempre ao lado da prática. Voltaremos a esse tema mais adiante.

Continuando o relato cronológico, Ana Célia aponta como um avanço fundamental a criação da função de "**professor mediador escolar e comunitário**" (PMEC) na rede estadual paulista, em **2010**, paralelamente à implantação do Sistema de Proteção Escolar (SPEC), cujo propósito era coordenar o planejamento de execução de medidas de prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar.

Na **Diretoria de Lins**, em 2015 nasce o **Projeto Educação e Rede de Proteção**, com o intuito de "*aprimorar e estreitar a parceria da Diretoria de Ensino e Unidades Escolares com a Rede de Proteção e com o Poder Judiciário, para um melhor encaminhamento das demandas das crianças e jovens atendidos por esses órgãos.*"

Uma das percepções de Ana Célia naquela época é que muito da

dificuldade de relacionamento entre a escola e as instituições da rede protetiva se ligava ao desconhecimento sobre seus papéis e forma de atuação. Promovendo grupos interinstitucionais de estudo de casos concretos, para aprimorar o encaminhamento, o tratamento de casos que exigiam atenção da saúde ou assistência se tornou muito mais ágil e interconectado.

Grande parte daquela inflexão mencionada anteriormente diz respeito à **mudança de perspectiva sobre o conflito**, que faz parte das relações humanas e, no limite, precisa aflorar para que os relacionamentos permaneçam saudáveis. Ana Célia desenvolve muito bem esse argumento: dependendo da forma como é tratado, o conflito pode ser positivo, justamente por permitir a **restauração de relações** esgarçadas, fragilizadas. Em última instância, a maneira em que a escola enfrenta os conflitos pode contribuir para o **crescimento coletivo** e a melhora do clima escolar, ou não. Essa mudança de atitude exige formação e aprendizagem, que precisa atingir todas as pessoas da comunidade escolar. O diagnóstico dessas situações e seu encaminhamento a profissionais de saúde ou assistência, caso necessário, precisa do olhar atento de todas as pessoas. Se a percepção de senso comum enxerga apenas a indisciplina como um problema, Ana Célia observa, com base nos estudos, que também a apatia do(a) estudante é preocupante, denotando algum tipo de dificuldade ou desconexão com a escola. Pulando muita história, chegamos a 2019. A tragédia ocorrida na EE Raul Brasil, em Suzano, em que 5 estudantes e 2 funcionárias da escola foram mortas por



dois ex-alunos, mobilizou uma série de ações por parte da Secretaria da Educação, em grande parte voltada ao apoio emocional e psicológico da comunidade da escola, mas que também gerou uma reflexão mais ampla sobre as questões relacionais na escola em associação com aspectos de saúde mental e segurança, que culminaram na criação do Programa **Conviva-SP (Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar)**. Não cabe aqui uma exposição exaustiva do programa. Seus objetivos principais são:

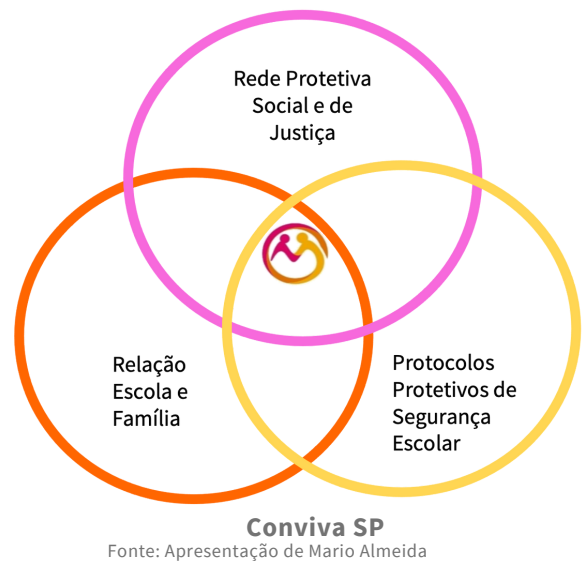
- Estabelecer estratégias de apoio e acompanhamento às equipes docentes e dirigentes no processo ensino-aprendizagem;
- Contribuir para um clima escolar positivo por meio de ambiente de aprendizagem colaborativo, solidário e acolhedor;
- Contribuir para a melhoria de indicadores de permanência de aproveitamento escolar;
- Promover e articular a participação ativa da família na vida escolar dos estudantes da rede de ensino estadual;
- Articular e fortalecer a rede de proteção social no entorno da comunidade escolar, com aproximação entre os serviços de assistência e saúde mental.

Para tanto, destacaríamos três eixos de ação fundamentais:

**1. Registro de ocorrências:** a Plataforma Conviva Sp (Placon) aprimorou em muito a maneira como são registradas ocorrências associadas a violência e conflitos, facilitando o tratamento pela escola e o eventual

encaminhamento de casos à rede de proteção.

**2. O diagnóstico de clima escolar** que apoia o **planejamento de ações:** o **Método de Melhoria da Convivência (MMC)** contempla etapa de diagnóstico (questionários), análise dos dados, planejamento e execução de plano de ação, com acompanhamento e monitoramento para os devidos ajustes.



**3. Formação permanente** das equipes das Diretorias e das Escolas nos temas. Queremos destacar dois aspectos importantes dessa política educacional para a melhor convivência na escola. A primeira é o tratamento mais direto das questões de saúde mental. A Seduc conta hoje com psicólogos que prestam atendimento à comunidade escolar. A Pandemia da Covid-19 teve impactos psicológicos profundos, e de certa forma acelerou uma maior conscientização sobre a importância de lidar francamente com tais questões, tratadas como "tabu" em gerações passadas. Nas palavras de Mario, não se trata de cobrar que educadores(as) sejam psicólogos(as), mas que saibam reconhecer indícios de sofrimento emocional nas pessoas –



sejam elas estudantes ou profissionais da escola, e de conflito nas nas relações interpessoais. A formação de educadores e educadoras em saúde mental tem o propósito de ajudar tais profissionais a lidarem com fenômenos que sempre existiram na escola, mas não eram tratados abertamente.

O segundo aspecto que vale salientar é o tratamento do fenômeno pautado em **evidências e registros**. Se houve violência de gênero, é preciso que ela seja nomeada e endereçada como tal. Além disso, para que a escola planeje suas ações, é preciso que ela faça o **diagnóstico** dos maiores problemas, pautado em **dados concretos**, e não em impressões - daí a importância de questionários de sondagem do clima escola.

O tema da **importância dos indicadores**, das evidências, foi muito bem desenvolvido por **Rosângela**, Dirigente da Região **Sul 2**. Rosângela passou por todas as funções do Quadro do Magistério em sua trajetória. Passou 10 anos na Diretoria Regional de Araraquara, no interior, e voltou para o desafio de gerir uma das maiores e mais complexas diretorias de ensino do estado, como já dissemos anteriormente. O relato de Rosângela demonstra de maneira bastante didática o que vimos debatendo no âmbito do Escritório de Evidências: como gestora, ela apresenta uma reflexão refinada sobre a **importância de que a ação pública seja pautada em evidências**, em dados concretos e diagnósticos. Mais importante que isso é verificar, nas ações relatadas, a preocupação constante com a verificação de seus resultados,

quer seja por dados quantitativos ou qualitativos, por meio, por exemplo, de questionários de avaliação dos círculos restaurativos e dos círculos preventivos que foram implantados na Diretoria Sul 2. Fazendo um contraponto entre a noção de **percepção** (pautada nas sensações) e a de **evidência** (algo que é incontestável, que prova a existência de algo com alguma probabilidade), ela nos relatou o processo amplo que iniciou na Diretoria para efetivamente sensibilizar os profissionais para o uso de dados e indicadores. Percebeu que, apesar de já ser feito seu uso há algum tempo na rede, ainda falta compreensão sobre eles. Foram realizados, inicialmente, 3 encontros formativos com 21 Supervisores de Ensino; 12 PCNP (Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico), 18 PCAE (Professores Coordenadores de Agrupamento de Escolas) e 3 Diretores dos Centros administrativos na Diretoria de Ensino. Deixamos para o final os dois aspectos mais interessantes da experiência da Sul 2. O primeiro é que todas as ações voltadas ao tema da convivência na escola, mesmo que alinhadas ao Conviva-SP, têm uma vinculação e motivação anterior, pela prioridade dada à gestão de pessoas no Planejamento Estratégico da DE. O processo, que mobilizou representantes das Diretorias e das escolas sob sua jurisdição, em todas as funções, teve como ponto de partida o Planejamento Estratégico da Seduc. No entanto, as ênfases serão sempre variáveis conforme o contexto e suas necessidades, e mesmo conforme características da liderança.





Rosângela elegeu a **gestão de pessoas e o cuidar de pessoas** como prioridades, estabelecendo processos de mobilização de grupos pequenos que foram se ampliando até chegar às escolas. Há, nesse sentido, um encontro de propósitos entre as ações realizadas no âmbito do Conviva-SP e outras realizadas pela agência da própria Diretoria de Ensino. Ouvimos de ambas as dirigentes a expressão: "o Conviva nos **inspira**". A intenção desse comentário não é louvar o programa, e sim destacar que o bom papel de um programa é inspirar a ação, estimular. Nos contextos educacionais brasileiros, marcados pela grande extensão territorial das redes de ensino e porte dos sistemas, em número de alunos e servidores, a agência e o protagonismo de gestores regionais é fundamental. O segundo aspecto a destacar é, na verdade, um exemplo desse protagonismo: da mesma forma que a DE de Lins agiu localmente para aproximar

escolas e a rede de proteção, na DE Sul 2 foram criados os "**círculos preventivos**". Notando o alto número de queixas registradas na ouvidoria, procedeu-se a uma análise de seu teor. Foi verificado que na maioria dos casos, envolvendo alunos e professores, ou servidores entre si, a queixa dizia respeito mais à forma em que a pessoa alvo da queixa agiu ou se comunicou, do que ao mérito em si. Foi feita uma formação geral com todas as escolas, pautada na técnica da **Comunicação não violenta**, e uma ação direta em 20 escolas em que havia algum conflito mais evidente. As avaliações dos participantes foram muito positivas, e a previsão é expandir a ação. Para concluir, voltamos a recomendar que assistam ao seminário. Este artigo já é recordista em tamanho e não pudemos relatar várias ações ligadas ao **cuidado com os alunos e famílias**, exigido pela pandemia.

## Cartas, recados, e outros...

**ESCREVAM PARA EVIDENCIAS@EDUCACAO.SP.GOV.BR**

Caros(as) leitores(as),

Quem assistiu a esses últimos seminários, escrevam-nos contando o que acharam da participação de gestores e gestoras relatando as ações que desenvolvem. Agradeceremos muito o feedback, críticas e sugestões.

Também estamos sempre pedindo indicações de temas e estudos para discutirmos.

Abraços.



Clique [aqui](#) para acessar o nosso Canal!

Os seminários mais recentes estão no

[\*\*Canal Gestão do Centro de Mídias SP\*\*](#)